

## ASSÚ TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

(Companhia em fase pré-operacional) CNPJ.: 29.740.261/0001-20

### BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE - (em milhares de reais)

ATIVO	2018		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2018	
	Nota			Nota	
<b>CIRCULANTE</b>		<b>17</b>	<b>CIRCULANTE</b>		<b>20</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	2	Fornecedores	6	1
Despesas Antecipadas		14	Obrigações Fiscais		4
Outros Créditos		1	Obrigações com Acionistas		2
			Outras Obrigações	7	13
<b>NÃO-CIRCULANTE</b>		<b>2.520</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>2</b>
			Impostos Diferidos		2
Ativo Financeiro	5	2.520	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>2.515</b>
			Capital Social	8 a)	2.511
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>2.537</b>	Reservas de Lucros	8 b)	4
			<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>2.537</b>

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO ENCERRADO - (Em milhares de Reais)

	Reservas de Lucros		Patrimônio Líquido Total
	Capital Social	Adiant. Fut. Aum. de Capital Social	
Em 31 de dezembro de 2017	-	-	-
Integração de Capital Social	2.511	(2.511)	-
Adiant. Futuro Aumento de Capital Social	-	2.511	2.511
Resultado Líquido do Exercício	-	-	6
Dividendos Propostos	-	-	(2)
Lucros a Disposição da Assembleia	-	-	(4)
Em 31 de dezembro de 2018	2.511	4	2.515

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

#### NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Assú Transmissora de Energia S.A. (Companhia em fase pré-operacional) iniciou suas atividades em 08 de fevereiro de 2018. É uma companhia de capital fechado e está registrada no CNPJ sob nº 29.740.261/0001-20, e Escritura Pública de Constituição de Sociedade Anônima Fechada nº 0884-N, às folhas 212, sob a forma de subsidiária integral de Cesbe Participações S.A., com sede e foro para todos os efeitos legais, na Rua João Negrão, 2226, bairro Prado Velho, CEP 80230-150, na cidade de Curitiba, estado do Paraná. Suas atividades estão sob concessão e reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, através do Contrato de Concessão nº 05/2018, Lote 5 - ANEEL, que regula a concessão do Serviço Público, publicado no Diário Oficial da União, edição 48, de 12 de março de 2018, seção 3, página 104, pelo prazo de 30 (trinta) anos, contado a partir de sua data de celebração, para construção, operação e manutenção das Instalações de Transmissão caracterizadas do Lote 5 do Edital do Leilão nº 02/2017 - ANEEL - "Características e requisitos Básicos das Instalações de Transmissão".

A Companhia tem por objeto social a implantação, operação comercial e exploração do negócio energia elétrica, mediante concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, operação e manutenção de instalações de transmissão da rede básica do sistema interligado nacional, especificamente das instalações constituídas por: instalações de transmissão localizadas no estado do Rio Grande do Norte, compostas na subestação Açú III, pelos pátes 500/230kV, 3ª e 4ª unidades de transformação - (6+1 res) x 300 MVA; conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

São ainda de responsabilidade da Assú Transmissora de Energia S.A. a implementação de: trechos de Linhas de Transmissão em 230 KV, circuitos duplos, compreendidos entre a SE Açú III e os pontos de seccionamento de: Linha de Transmissão em 230KV Açú II - Mossoró II, primeiro circuito; Linha de Transmissão em 230KV Açú II - Mossoró II, segundo circuito; Linha de Transmissão em 230KV Açú II - Lagoa Nova II, primeiro circuito; as entradas de linha correspondentes na Subestação Açú III, e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas entradas das referidas linhas nas subestações Açú II, Mossoró II e Lagoa Nova II.

O investimento está estimado em R\$ 133,085 milhões, a preço de março de 2018, adotando o REIDI (descontando os tributos PIS e COFINS e inclusão do DIFAL), benefício solicitado e homologado pela Receita Federal do Brasil.

No dia 11 de fevereiro de 2019 foi concedida pela administração da empresa a autorização para emissão das demonstrações contábeis.

**NOTA 02 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade, conjugada com as orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

**NOTA 03 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

**3.1 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes**

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vinculadas ou ex-

pectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

#### 3.2 Compensações Entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações contábeis, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e está compensação reflete a essência da transação.

#### 3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários e investimentos temporários de curto prazo de liquidez imediata. Os investimentos temporários de curto prazo estão registrados por seus valores justos na data do balanço.

#### 3.4 Ativo Financeiro

A Assú é titular de uma "concessão" e a infraestrutura não será registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controlar o uso da infraestrutura de serviços públicos

#### 3.4.1 Ativo Financeiro - Indenizável

A remuneração da Companhia é garantida como um recebível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de transmissão de energia elétrica em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão e orientação técnica OCP 05.

O recebível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia.

A amortização do recebível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

A amortização do recebível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando a base de cálculo da tarifa de prestação de serviço de concessão, o que ocorrer primeiro. Estas contas a receber são classificadas entre curto e longo prazo considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões. Engloba as contas a receber por transmissão de energia faturada, acrescida das avaliações monetárias, quando contratadas.

**3.4.2 Ativo financeiro - Não Indenizável**

Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente.

Os custos do Ativo Financeiro estão relacionados aos custos atribuíveis pelo período contado a partir da data em que o contrato foi firmado com a ANEEL até a data de sua conclusão. Quando extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema de Serviço Público de Transmissão transferidos à Concessionária, ou por ela implantados no âmbito da concessão.

**3.4.3 Contabilização de contrato de concessão**

Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ICPC 10, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação do contrato de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo financeiro e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos financeiros gerados nos contratos de concessão.

**3.4.4 Momento de reconhecimento do ativo financeiro**

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas do Contrato de Concessão, a partir do momento em que os respectivos

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE (Em milhares de Reais)

	Nota	2018
<b>Receita Operacional Líquida</b>		<b>2.503</b>
(-) Custos dos Produtos Vendidos	(2.503)	-
<b>Lucro Bruto</b>		<b>-</b>
<b>Receitas (Despesas) Operacionais</b>		<b>(9)</b>
Gerais e Administrativas	(9)	-
<b>Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras</b>		<b>(9)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	9	17
Receitas Financeiras		18
Despesas Financeiras	(1)	(1)
<b>Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>		<b>8</b>
Contribuição Social e Imposto de Renda Diferidos		(2)
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>		<b>6</b>
<b>Lucro por Ação:</b>		<b>0,002</b>

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

ativos financeiros entrarem em operação.

**3.4.2 Determinação de amortização periódica dos ativos financeiros oriundos dos contratos de concessão**

A Sociedade reconhece o efeito de amortização dos ativos financeiros decorrentes do contrato de concessão limitado ao prazo da respectiva concessão.

#### 3.5 Receita de aplicação financeira

A receita de aplicação financeira é reconhecida em base pro rata dia com base no método da taxa de juros efetiva ou, quando aplicável, pelas variações de mercado dos instrumentos financeiros.

#### 3.6 Apuração de resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, ou seja, quando os produtos são entregues e os serviços efetivamente prestados, independentemente de recebimento ou pagamento.

#### 3.7 Forma de tributação

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro corrente, são calculados com base nas leis vigentes na data de preparação das demonstrações contábeis, sendo aplicados para esta Companhia, os critérios relativos às apurações baseadas no lucro real. O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos na demonstração de resultado, decorrem dos juros dos ativos financeiros que estão registrados pelo valor presente dos direitos e são cálculos com base no valor líquido dos ativos construídos.

#### 3.8 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

#### 3.9 AFAC - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Os Aportes de capital foram efetuados na modalidade de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - AFAC.

#### 3.10 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Companhia baseie as estimativas para registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das demonstrações contábeis.

#### 3.11 Adoção inicial aos novos pronunciamentos emitidos

Os seguintes novos pronunciamentos foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC):

##### • CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes

Esse CPC, aprovado em novembro de 2016 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, está vigente para os períodos iniciados a partir de 01 de janeiro de 2018. Essa norma baseia-se no princípio de que as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços ao cliente. Esse CPC substitui o CPC 17 - "Contratos de Construção".

##### • CPC 48 - Instrumentos Financeiros

Esse CPC, aprovado em novembro de 2016 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, está vigente para os períodos iniciados a partir de 01 de janeiro de 2018. Essa norma aborda a classificação e mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. Esse CPC substitui a orientação no CPC 38, que diz respeito à classificação e a mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

##### 3.12 Novos pronunciamentos ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2018

Os seguintes novos pronunciamentos foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), mas não estão em vigor para o exercício de 2018:

##### • CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil

Esse CPC, aprovado em outubro de 2017 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, está vigente para os períodos iniciados a partir de 01 de janeiro de 2019. Este pronunciamento estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes, de modo que representem fielmente essas transações. Essas informações fornecem a base para que usuários de demonstrações contábeis avaliem o efeito que os arrendamentos têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

A Companhia avaliou e identificou que não haverá impacto para a aplicação inicial do CPC 06(R2) terá em suas demonstrações contábeis em 2019.

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE - (MÉTODO INDIRETO) (Em milhares de Reais)

	2018
<b>DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>2018</b>
Resultado Líquido do Exercício	6
Ajustado por:	
Impostos Diferidos	2
Ajuste ao Valor Presente - Ativo Financeiro	(18)
<b>Lucro Líquido do Exercício Ajustado</b>	<b>(10)</b>
Despesas Antecipadas	(10)
Outros Créditos	(1)
<b>(Aumento) ou Diminuição do Ativo</b>	<b>(15)</b>
Fornecedores	1
Obrigações Fiscais	4
Outras Obrigações	13
<b>Aumento ou (Diminuição) do Passivo</b>	<b>18</b>
<b>Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais</b>	<b>(7)</b>
<b>DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(2.502)</b>
Constituição do Ativo Financeiro	(2.502)
<b>Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimento</b>	<b>(2.502)</b>
<b>DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>2.511</b>
Integralização de Capital Social	2.511
Capital Social a Integralizar	0
<b>Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamento</b>	<b>2.511</b>
<b>AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>2</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	-
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício</b>	<b>2</b>

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

#### NOTA 04 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2018
<b>Bancos Conta Movimento</b>	<b>2</b>
<b>Total</b>	<b>2</b>

#### NOTA 05 - ATIVO FINANCEIRO

	Ativo Financeiro
Em 31 de dezembro de 2017	-
Custo	-
<b>Valor Líquido Contábil</b>	<b>2.502</b>
(+) Adição	16
(+) Ajuste ao Valor Presente	16
<b>Saldo Final</b>	<b>2.520</b>
Em 31 de dezembro de 2018	2.502
Custo	16
<b>Ajuste ao Valor Presente</b>	<b>2.502</b>
<b>Valor Líquido Contábil</b>	<b>2.520</b>

A operação da Companhia se enquadra nas hipóteses previstas do ICPC-01 R1/ IFRIC12, pois a ASSÚ TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. é titular de uma "concessão" e a infraestrutura dentro do alcance desta interpretação não será registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controlar o uso da infraestrutura de serviços públicos. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome da concedente, nas condições previstas no contrato.

#### NOTA 06 - FORNECEDORES

	2018
<b>Fornecedores</b>	<b>1</b>
<b>Total</b>	<b>1</b>

Compreende as contas a pagar de fornecedores de materiais e serviços, vinculados à atividade da Companhia.

#### NOTA 07 - OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2018
<b>Aluguéis a Pagar</b>	<b>13</b>
<b>Total</b>	<b>13</b>

#### NOTA 08 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

##### a) Capital Social

O Capital Social subscrito é de R\$ 2.511.403 (dois milhões, quinhentos e onze mil, quatrocentos e três reais), dividido em 2.511.403 ações ordinárias sem valor nominal.

##### b) Reserva de Lucros

O Resultado Líquido do período, nesta etapa de pré-operação, evidenciou as mutações nos resultados acumulados, onde as receitas provenientes dos ativos financeiros foram superiores aos custos/despesas.

##### Proposta de Distribuição de Resultados

	2018
Resultado Líquido do Exercício	6
Constituição de Reserva Legal - 5%	6
<b>Saldo</b>	<b>(2)</b>
<b>Dividendo Mínimo Obrigatório - 25%</b>	<b>4</b>
<b>Saldo a Disposição da Assembleia</b>	<b>4</b>

##### Dividendos Propostos

Aos acionistas é garantido um dividendo de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por ações.

A proposta do dividendo relacionado ao exercício de 2018, que está sendo encaminhado ao Conselho de Administração da Companhia à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária de 2019, no montante de R\$ 2 mil, atende ao estatuto. A proposta é que estes dividendos retornem a Companhia em forma de Reserva de Lucros a realizar.

#### NOTA 09 - RESULTADO FINANCEIRO

	2018
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>18</b>
<b>Ajuste a Valor Presente</b>	<b>18</b>
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>18</b>
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>2018</b>
(-) Despesas Bancárias	(1)
(-) Despesas Financeiras	(1)
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>17</b>

#### NOTA 10 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A empresa não mantém provisões para contingências pois não há processos juntos aos assessores jurídicos externos cuja a possibilidade de perda tenha sido avaliada como de risco "provável".

#### NOTA 11 - COBERTURA DE SEGUROS

A administração considera que o montante da cobertura de seguros é suficiente para cobrir eventuais sinistros em suas instalações.

Carlos de Loyola e Silva  
Diretor Presidente

Joel Biscaia da Silva  
Contador CRC PR-027982/O-0

### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Acionistas  
**ASSÚ TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.** (Companhia em fase pré-operacional)  
Curitiba - PR

**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da ASSÚ TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. (Companhia em fase pré-operacional) (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis aplicáveis às instituições regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ASSÚ TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. (Companhia em fase pré-operacional) em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais

emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de gerar caixa suficiente para o exercício findo nessa data, bem como o uso dessa base contábil e não ser que a administração tenha realizado operações, ou não tenha realizado as operações.

Os responsáveis pela governabilidade pela supervisão de contábeis.

**Responsabilidades do auditor**

Nossos objetivos são obter evidências contábeis, tomadas em conjunto

mente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos a resposta a tais riscos, bem como o uso dessa base contábil e não ser que a administração tenha realizado operações, ou não tenha realizado as operações.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis